

Compromisso de Belém para a Transição Energética Justa

O Governo do Brasil e suas Empresas Públicas (nacionais e binacional) e Sociedades de Economia Mista com controle brasileiro (re)afirmam seu compromisso em adotar práticas empresariais e em executar de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável e com a justiça social,

Tendo em vista o papel do Estado - e suas participações na economia por meio de empresas nas quais participam - na mobilização da sociedade rumo a um modelo de desenvolvimento que concilie crescimento econômico com responsabilidade ecológica e justiça social, por meio de políticas públicas direcionadas à transição energética, ao investimento em infraestrutura sustentável e à preservação de ecossistemas;

Reconhecendo que as empresas que possuem participação do Estado têm um papel estratégico e propulsor na transição energética justa, com inclusão social, podendo ser referência em termos de investimentos socioambientais, ampliação das oportunidades de emprego e de capacitação em temas relacionados à economia de baixo carbono, colaboração e engajamento com partes interessadas, diligência para proteção e resiliência das comunidades potencialmente afetadas pela transição energética, mantendo diálogo pleno e transparência na construção dos planos de transição;

Compreendendo que a transição energética justa deve buscar as trajetórias mais custo-efetivas, considerando fundamental a priorização das ações para ganhos de eficiência em todos os setores e a diversidade das fontes de energia disponíveis;

Encorajando os governos nacionais e subnacionais de todos os países, empresas – públicas ou privadas – e instituições a se somarem a este esforço coletivo;

No que cabe a cada uma das partes signatárias, se comprometem a:

- Fortalecer as economias locais e a geração de renda com políticas que incentivem o desenvolvimento sustentável e a distribuição dos resultados, garantindo uma transição justa e inclusiva.
- Apoiar as políticas de transição para uma economia de baixo carbono.
- Fomentar ecossistemas de conhecimento e inovação, buscando desenvolvimento tecnológico que apoie a transição a menor custo, considerando a competitividade da indústria, acessibilidade de serviços energéticos aos consumidores e minimizando os impactos negativos para as comunidades, trabalhadores, empresas e segmentos vulneráveis.
- Incorporar em suas práticas, políticas e regulamentações (nacionais e internacionais) de combate às mudanças climáticas e o conceito de transição energética justa, visando a conciliação entre a redução de desigualdades sociais e regionais – incluindo o acesso universal a serviços de energia – e os princípios de justiça energética e desenvolvimento sustentável, além de considerar os direitos dos trabalhadores e das comunidades.
- Operar políticas urbanas que promovam a eficiência energética, a redução de emissões e dos impactos ambientais e as soluções baseadas na natureza, com investimento em infraestrutura e construções sustentáveis.
- Priorizar práticas agropecuárias que conciliem produtividade com preservação ambiental e regeneração, promovendo pesquisa, desenvolvimento tecnológico e fornecimento de crédito rural sustentável.
- Incorporar políticas de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com facilitação de investimento em infraestrutura resiliente e gestão de riscos socioambientais, como forma de minimizar o impacto dessas mudanças sobre a população, especialmente no que se refere a sua parcela mais vulnerável.

- Atuar para garantir moradia digna para população estimulando a inovação com foco na redução de emissão de gases de efeito estufa, na adaptação e resiliência das habitações.
- Agir, de forma integrada, para antecipar, prevenir e mitigar os efeitos dos desastres, bem como para fortalecer a capacidade de resposta das instituições para promover a proteção da vida, a segurança das pessoas e a resiliência das comunidades diante dos impactos das mudanças climáticas e dos desastres ambientais.